

# INFORMATIVO ONLINE APUR

Nº 22 - Cruz das Almas (BA) - 14 de Setembro de 2015 - [www.apur.org.br](http://www.apur.org.br)



# APUR

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES  
UNIVERSITÁRIOS DO RECÔNCAVO



## Assembleia GERAL

Local: Auditório da PPGCI  
Cruz das Almas - Horário: 9h



**CAFÉ DA  
MANHÃ**  
*A partir das 8h*

# REUNIÃO DO COMANDO LOCAL DE GREVE



Na última sexta-feira (11), ocorreu mais uma reunião do Comando Local de Greve (CLG) dos docentes da UFRB. Como de costume, o CLG fez uma avaliação do movimento grevista e fechou o calendário das próximas atividades.

Ao iniciar a avaliação da greve, o professor Antonio Eduardo Oliveira colocou que o MEC reconheceu o corte de verbas, mas que o considera pontual. Complementando o ponto sobre os cortes, o professor Tarcísio Cordeiro afirmou que é necessário colocar o cenário com clareza. Segundo ele, o governo não só não reverteu o corte de verbas na educação, como ampliou esses cortes. “A negociação está emperrada e complexa. O governo está mais preocupado com outras coisas e não em negociar com as categorias”, completou Tarcísio.

Ainda assim, o CLG aposta na continuidade da greve. Obviamente, o CLG também precisa pensar no momento de saída do movimento, haja vista que a greve docente da UFRB já se encaminha para o terceiro mês. É consenso que seja indicada o Comando Nacional de Greve (CNG) a necessidade de se pensar a construção da saída unificada, ainda que ela não tenha uma data. O CLG defende é manter sempre a unidade com o Fórum dos Servidores Públicos Federais.

Além do cenário nacional, o CLG também discutiu sobre as negociações da pauta local. De forma geral, há a concordância de que houve um avanço, mais isso só poderá ser de fato comprovado com a concretização dos ações. O ponto da pauta local que mais suscitou discussões foi a defesa das 8 horas mínimas em sala de aula que, segundo os docentes presentes, diz respeito ao modelo de ensino que a universidade defende.

Segundo as falas, a luta pelo mínimo de 8 e máximo de 12 horas em sala de aula perpassa pela defesa da universidade pública que a categoria docente almeja, e isso deve ser dito claramente. Avançar nessa questão é também avançar na qualidade do tripé que sustenta a universidade – ensino, pesquisa e extensão. Na visão do CLG, sem atividades de pesquisa e extensão não tem como ter qualidade de ensino.

Após as discussões, o CLG organizou o calendário com as próximas atividade. Nesta quarta-feira (16), haverá mais uma assembleia docente, em Cruz das Almas, às 9 horas. Mas antes será oferecido um café da manhã, a partir das 8 horas. Na quinta-feira (17), ocorrerá uma reunião do CONSUNI às 9 horas. Ainda na quinta-feira, haverá a reunião semanal do CLG, também em Cruz das Almas, às 14 horas. Ficou acordado que de 21 a 25 de setembro ocorrerão reuniões nos centros para que seja discutida a minuta de Regime de Trabalho.



# REUNIÕES NOS CENTROS

Na semana passada (de 8 a 10 de setembro), ocorreram reuniões da greve em todos os centros da UFRB. Conseguindo concentrar mais de 100 docentes, as reuniões avaliaram a greve e discutiram o Regime de Trabalho na UFRB, já que é pauta docente a defesa do mínimo de 8 e máximo de 12 horas em sala de aula.

Nas falas de alguns docentes que estiveram nas reuniões ficou evidente que as discussões foram bastante positivas, pois mostraram como cada centro está percebendo o movimento grevista. Como a greve na UFRB já está chegando aos 3 meses, os docentes nos centros também já começam a pensar em como será a saída da greve. Concordam que ainda não é a hora, mas defendem que deva ser construída em conjunto, que seja uma saída unificada. Contudo, que se insista em avançar com os ganhos.

Os professores também falaram sobre o pós - greve. Está claro que os problemas com os cortes de verbas na educação só serão sentidos quando do retorno às aulas. Não há dúvidas de que tais problemas requerem que os docentes da UFRB já pensem nos enfrentamentos e estratégias que terão que utilizar depois da greve.

No que se refere ao Regime de Trabalho, foi consensual a importância do mínimo de 8 e máximo de 12 horas em sala de aula, pois dará condições para que os docentes também possam fazer pesquisa e extensão.

Os professores do CAHL fizeram panfletagem na feira de Cachoeira após a reunião no centro, ocorrida no dia 09.



# REUNIÃO COM A REITORIA



Na última sexta-feira (11), o Comando Local de Greve (CLG) dos docentes da UFRB se reuniu com a reitoria para mais uma etapa das negociações da pauta local.



# COMANDO DE GREVE PARTICIPA DE DEBATE SOBRE A ESTATUINTE DA UFRB



O Comando Local de Greve (CLG) dos docentes da UFRB participou, nesta terça-feira (8), do debate “Informes da greve. O que é a estatuinte da UFRB?”, organizado pelo Levante Popular da Juventude. Além do CLG dos docentes, o debate contou com a presença do comando dos servidores técnico-administrativos, dos discentes que fazem parte do Levante, da professora Rita Dias (comissão da estatuinte) e de discentes dos vários centros da UFRB.

A professora Rita Dias deu uma informação que chamou a atenção dos presentes. Segundo ela, só o CECULT inscreveu delegados para o Congresso Estatuinte, não houve inscrição de nenhum outro centro. A professora ainda colocou que a concretização se tornou um grande desafio na mobilização da estatuinte, pois existe uma dificuldade de que as pessoas se coloquem a postos. “A pujança que se espera, pela importância desse movimento, um momento importante da universidade. Essa pujança ainda não se tornou a atitude que esperamos”, completou Rita Dias.

O servidor técnico Elielson Aquino admitiu que a participação de sua categoria foi deficiente, por isso a pouca adesão. Todavia se comprometeu a mobilizar seus pares, para que outros não decidam por eles. “Terei a incumbência de ajudar a organizar minha categoria. Depende muito da gente mobilizar esse povo. É trabalho, mas se trata do futuro de todos nós como universidade”, defendeu Elielson.

Mesmo com a pouca participação apontada na falta de inscrição para delegados da estatuinte, o professor Givanildo de Oliveira ponderou que é perturbador pensar que ninguém está querendo nada. Para ele, é melhor pensar que alguém está querendo sim alguma coisa. Nesse sentido, o professor sugeriu que a discussão sobre a estatuinte seja inserida no dia a dia das atividades docentes, pois existe uma rotina de trabalho que já exige tempo e, muitas vezes, impede que o docente se comprometa com outras questões.

Ao falar sobre a importância de se construir o estatuto da UFRB, o professor Antonio Eduardo Oliveira lembrou que os estatutos das universidades são autoritários, e é por isso que a UFRB precisa discutir um processo de democratização. Na perspectiva do professor, o processo da estatuinte é o momento ideal para fortalecer a participação política, pois só a estatuinte será capaz de tensionar para uma democratização da universidade.

A discente Érika Muniz colocou que o Levante Popular da Juventude percebe a importância da discussão, e também a necessidade dos estudantes sentarem e debaterem de que forma vão fazer parte de um processo tão fundamental para a construção de uma universidade.

Ao final do encontro, ficou acordado que as discussões sobre a estatuinte serão retomadas em todos os centros.



# Dez anos da UFRB e o processo estatuinte: os desafios para construção da autonomia e da democracia



Antonio Eduardo Alves de Oliveira  
Presidente da APUR

A UFRB completa dez anos de existência em meio à celebração de uma década de um projeto amplo, hoje uma realidade acolhida pela comunidade do Recôncavo da Bahia com grandes esperanças e expectativas.

Em apenas uma década, a UFRB conseguiu promover uma maior inserção da população jovem oriunda das camadas populares e a realização de diversos projetos de pesquisa e extensão com intensa participação de uma comunidade acadêmica qualificada, apesar das dificuldades nas condições de trabalho e de permanência.

Um ponto de contato entre a universidade e povo, pelo menos no aumento da possibilidade de um maior acesso dos trabalhadores e trabalhadoras, em especial da população negra, que vivem no interior da Bahia ao ensino superior público. O que pese, é verdade, as grandes lacunas ainda existentes, como conteúdo dos currículos inadequados, a falta de vagas, de estrutura física e altos índices de evasão.

Para poder apreciar o tamanho do desafio do processo estatuinte na UFRB é importante destacar que a luta pela construção de uma universidade efetivamente comprometida e referenciada na população trabalhadora é algo fundamental e que, no projeto UFRB, somente é abordado de maneira tímida e bastante vago.

Além disso, é importante destacar que o processo de implementação da UFRB está relacionado, sobretudo, com os êxitos e equívocos, enfim as contradições do processo de expansão do ensino superior, o REUNI.

Do ponto de vista da participação da comunidade acadêmica e da população do Recôncavo nas decisões da UFRB é preciso constar que é bastante diminuta, uma vez que os processos decisórios e compartilhamento das informações são excessivamente hierarquizados.

Cumprir assinalar que raramente, nestes dez anos, a comunidade acadêmica (os docentes, discentes e servidores técnicos) pôde efetivamente construir um projeto amplamente discutido coletivamente (O PDI e as avaliações institucionais foram e são apenas peças burocráticas).

Considerando-se nosso primeiro decênio de existência, as formas de mobilização direta através das greves docentes (2012 e 2015) e dos servidores técnicos (2011 a 2015),

bem como as mobilizações dos estudantes, particularmente a ocupação da reitoria em 2011, são expressões de intensa participação política que, de uma maneira ou de outra, ajudaram a construir a democracia na UFRB, curiosamente, são fatos históricos completamente silenciados nos festejos oficiais dos dez anos da UFRB.

Apesar de nova, a UFRB herdou do antigo sistema universitário nacional, em particular da Tutora (UFBA), as estruturas, os estatutos e os regimentos que somente formalmente apresentam a autonomia universitária, preceito constitucional, que o próprio MEC, de maneira constante e resoluta, insiste em quebrar.

Quanto a democracia e participação da comunidade acadêmica nas decisões inexistem mecanismos efetivos. Os conselhos superiores são constituídos de maneira não democrática, com uma composição de membros não eleitos indicados pelo poder central da UFRB. Neste sentido, não é por acaso que NUNCA houve uma contrariedade a uma posição oficial em dez anos. Assim, não é exagero afirmar que a burocracia universitária controla as principais decisões de poder na instituição universitária.

Faço essas afirmações contundentes não para espezinhar os chamados “gestores” da universidade, mas para evidenciar que o processo estatuinte na UFRB, para responder satisfatoriamente aos anseios da comunidade acadêmica, precisa colocar em relevo a importância da participação política.

A mobilização por novos estatutos não é um problema jurídico abstrato, mas é uma questão eminentemente política que envolve fundamentalmente a necessidade da participação da comunidade na construção de uma universidade realmente democrática e autônoma.

Neste momento de dez anos de UFRB, quando o nosso projeto encontra-se seriamente ameaçado pelos sucessivos contingenciamento dos recursos, a alternativa fundamental para a defesa da universidade pública e de qualidade, um direito do povo do Recôncavo da Bahia é a mobilização conjunta dos estudantes, professores e servidores técnicos por uma estatuinte que modifique nossas estruturas, estatutos e regimentos em direção a uma universidade inovadora, uma universidade voltada para os trabalhadores e trabalhadoras, construída coletivamente através de uma gestão tripartite, um co-governo dos estudantes, servidores técnicos e professores.

## CALENDÁRIO DE ATIVIDADES DA GREVE



**16 de setembro:** Assembleia Geral, em Cruz das Almas, às 9 horas  
Café da manhã antes da assembleia, a partir das 8 horas

**17 de setembro:** CONSUNI às 9 horas  
Reunião do Comando Local de Greve (CLG) às 14 horas

**21 a 25 de setembro:** Reuniões da Greve nos Centros

# PRESIDENTE DA APU PARTICIPA DE DEBATE SOBRE CENÁRIO NACIONAL



Na sexta-feira passada (11), o presidente da Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR), professor Antonio Eduardo Oliveira, participou do debate “Desalento ou Oportunidade? Perspectivas para o cenário político brasileiro”, realizado

pelos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade Maria Milza (FAMAM). Além do professor Antonio Eduardo, o debate contou com a participação de Jhonatas Monteiro, professor do CETEP do Portal do Sertão e militante do PSOL.

## NOTÍCIA ANDES-SN : Comunicado N° 40



O Comando Nacional de Greve realizou reunião no dia 12 de setembro de 2015. 02. NOVOS ELEMENTOS PARA DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE NEGOCIAÇÃO DA PAUTA DA GREVE DOS DOCENTES FEDERAIS

O Comando Nacional de Greve, a partir da avaliação de conjuntura encaminhada no Comunicado nº 39, de 11 de setembro, discutiu a necessidade de ampliar a pressão sobre o MEC e MPOG para que estes apresentem respostas concretas a nossa pauta. Considerando que, nas próximas semanas pode ocorrer Mesa de reunião setorial, é necessário que o CNG esteja preparado para confrontar o governo com a exigência de respostas efetivas a questões objetivas de nossa pauta específica. Desta forma, o CNG encaminha para apreciação das assembleias gerais a sistematização dessas questões, conforme se segue.

### 1- Defesa do caráter público da universidade

1.1- Exigir do Ministro da Educação que assine compromisso de não adoção nas IFE da forma mercantil de gerenciamento e contratação, através das OS ou formas equivalentes;  
1.2- Reversão dos cortes no orçamento, com a garantia dos valores previstos na Lei Orçamentária de 2015 e as suplementações necessárias para garantir a manutenção e investimentos já previstos, levando em conta as demandas pela qualidade do trabalho e estudo, incluindo a assistência e permanência estudantil;

### 2- Condições de trabalho

#### 2.1- Concursos:

Exigir que o MPOG libere e o MEC apresente cronograma de concurso para as novas vagas, já aprovadas em lei: 4.090 para docentes; 150 para o cargo de titular livre e 5091 de STA;

#### 2.2- Obras:

Compromisso com cronograma de finalização das obras em andamento e o compromisso de liberação de verbas para novas obras e equipamentos necessários diante da expansão já realizada e projetada pelas IFE;

### 3- Garantia de autonomia

Revogação da Lei 9192/95 e o parágrafo único do artigo 56 da Lei 9394/96 (LDB) que ferem os preceitos constitucionais da democracia e da autonomia (escolha dos dirigentes e composição dos conselhos superiores respectivamente);

### 4- Reestruturação da carreira e Valorização salarial

A partir da aprovação pelas Assembleias dos docentes de que o percentual negociado com o governo deverá ser aplicado à reestruturação da carreira docente, garantida a paridade entre ativos e aposentados, tendo em vista avançar em relação aos princípios e à concepção de reorganização da Carreira, o CNG apresenta os seguintes elementos para apreciação.

O governo, ao apresentar sua proposta de reajuste em quatro anos na mesa setorial, disse que a reestruturação da carreira seria tratada em grupo de trabalho (“Comitê Provisório”), com efeitos financeiros após a incidência dos índices de reajuste em quatro anos, isto é, tais efeitos seriam apenas para 2020 (Comunicado N° 37, 31/08/2015). A unidade do Fórum das Entidades Nacionais de Servidores Públicos Federais rejeitou a proposta de reajuste em quatro anos, levando o governo a apresentar, para algumas entidades, redução na temporalidade do reajuste, que passaria para dois anos, mas ainda abaixo da inflação, a saber: 5,5% em 01/01/2016 e 5,0% em 01/01/2017, o que dá um índice acumulado de 10,78%, que está abaixo da inflação do período. Nos termos citados acima, o CNG entende que continua, na greve, a luta para se conquistar valores que recomponham os salários corroídos pela inflação e que as correções da estrutura remuneratória se iniciem já em 2016. Para tanto, apresentamos o estudo abaixo e solicitamos posicionamento das assembleias sobre as questões que estão destacadas no texto.

Tabela 1. Valores atuais dos vencimentos básicos das carreiras do magistério superior e da EBTT e as relações existentes entre piso e teto e entre regimes de trabalho.

Magistério Superior		EBTT		20 horas	40 horas		Dedicação Exclusiva	
Classe	Denominação	Classe	Níveis		Valor	Relação com 20h	Valor	Relação com 40h
E	Titular	Titular	único	3.019,13	4.355,79	1,44	6.684,00	1,53
D	Associado	DIV	4	2.900,70	4.206,37	1,45	6.454,52	1,53
			3	2.842,65	4.133,87	1,45	6.342,60	1,53
			2	2.785,73	4.063,45	1,46	6.232,15	1,53
			1	2.729,93	4.055,87	1,49	6.222,60	1,53
C	Adjunto	DIII	4	2.491,01	3.561,24	1,43	5.104,69	1,43
			3	2.466,35	3.526,47	1,43	5.054,15	1,43
			2	2.441,93	3.442,05	1,41	5.004,11	1,45
			1	2.347,75	3.277,97	1,40	4.954,56	1,51
B	Assistente	DII	2	2.197,96	3.162,10	1,44	4.504,15	1,42
			1	2.176,19	3.067,48	1,41	4.459,55	1,45
A	Auxiliar	DI	2	2.060,86	2.907,08	1,41	4.054,14	1,39
			1	2.018,77	2.814,01	1,39	4.014,00	1,43
Relação teto e piso				1,50	1,55		1,67	
Média das relações entre regimes						1,43		1,48

A tabela 1 é composta pelos valores atuais do Vencimento Básico das carreiras do Magistério Superior e da EBTT, nos três regimes de trabalho, 20 horas, 40 horas e Dedicção Exclusiva. Informa, para cada regime, a relação existente entre o teto e a base, isto é, entre o maior e o menor valor, sendo esta relação, de 1,5 para 20h, 1,55 para 40h e 1,67 para DE. Na proposta do ANDES-SN, com degraus fixos de 5%, esta relação seria constante de 1,8. Há, portanto, um achatamento vertical da tabela. No que diz respeito à relação entre regimes de trabalho, os resultados são diferenciados, com média de 1,43 entre 20h e 40h e média de 1,48 para DE. Na proposta do ANDES-SN, o VB do 40h seria igual a duas vezes o de 20h e o DE seria igual a 1,55 vezes o de 40h. Comparando-se os vencimentos atuais, dos regimes de trabalho, observa-se, então, um achatamento horizontal, que atinge os regimes de 40h e o de Dedicção Exclusiva. Isso significa que a reestruturação da malha salarial tem que enfrentar este duplo achatamento.

Para se trabalhar a correção da tabela, devem ser introduzidos, em termo de acordo e em lei, degraus regulares e que estes sejam os mesmos para os três regimes de trabalho, que passem a vigorar já em 2016, sem prejuízo de modificações para melhorar nos anos seguintes. No que diz respeito às relações entre regimes de trabalho, a maior defasagem pode ser observada quando se olha para a coluna do VB de 40h, cujos valores estão muito afastados do que deveriam ser, o dobro dos valores em 20h. Já para os valores do

VB no regime de DE em relação aos valores em 40h, verifica-se que estes estão mais próximos do que é defendido pelo Sindicato. Nas condições atuais deve-se estabelecer em acordo e em lei uma definição para a DE relativamente ao regime de 40h. O desafio é a elevação dos valores do Regime de 40h, o que requer uma elevação da média de 1,43 para 2, demandando um processo progressivo no tempo.

Tabela 2. Variações atuais entre níveis e entre classes, nos regimes de 20h, 40h e DE nas carreiras do magistério federal e as médias destas variações

Magistério Superior	EBTT		20 horas		40 horas		Dedicção Exclusiva			
Classe	Denominação	Classe	Níveis	VB	Variação percentual	VB	Variação percentual	VB	Variação percentual	Variação Média
E	Titular	Titular	único	3.019,13	4,08	4.355,79	3,55	6.684,00	3,56	3,73
D	Associado	DIV	4	2.900,70	2,04	4.206,37	1,75	6.454,52	1,76	1,85
			3	2.842,65	2,04	4.133,87	1,73	6.342,60	1,77	1,85
			2	2.785,73	2,04	4.063,45	0,19	6.232,15	0,15	0,79
C	Adjunto	DIII	1	2.729,93	9,59	4.055,87	13,89	6.222,60	21,90	15,13
			4	2.491,01	1,00	3.561,24	0,99	5.104,69	1,00	1,00
			3	2.466,35	1,00	3.526,47	2,45	5.054,15	1,00	1,48
B	Assistente	DII	2	2.441,93	4,01	3.442,05	5,01	5.004,11	1,00	3,34
			1	2.347,75	6,81	3.277,97	3,66	4.954,56	10,00	6,83
A	Auxiliar	DI	2	2.197,96	1,00	3.162,10	3,08	4.504,15	1,00	1,70
			1	2.176,19	5,60	3.067,48	5,52	4.459,55	10,00	7,04
			2	2.060,86	2,08	2.907,08	3,31	4.054,14	1,00	2,13
			1	2.018,77		2.814,01		4.014,00	Média Geral	3,60

A tabela 2 informa a variação entre cada nível e entre cada classe, que é bastante aleatória, sendo a menor de 0,15% e a maior de 21,9% (destacadas na tabela). Observa-se, em cada regime de trabalho, que as diferenças entre níveis, ainda que sem critérios claros, é inferior às diferenças entre classes. O maior salto ocorre entre C, Adjunto (MS)

DIII nível 4 (EBTT) e D, Associado (MS) DIV (EBTT) nível 1: 9,59% no regime de 20h, 13,89% no regime de 40h e 21,9% no regime de DE. Está posto, então, que é preciso apresentar uma proposta que reduza significativamente tal diferença e eleve as que se encontram muito baixas progressivamente. A proposta de carreira do ANDES-SN baseia-se apenas em níveis, assunto que deverá ser tratado em grupo de trabalho. Neste momento, a organização da carreira em classes não deverá estar em discussão, mas apenas a organização da malha salarial. Devemos trabalhar degraus entre níveis e entre classes, e as relações entre os regimes de trabalho para que, de forma gradual se avance na direção da proposta do sindicato.

O CNG encaminha as questões abaixo para apreciação e posicionamento das assembleias.

Questão 1: Condicionar a possibilidade de acordo financeiro com vigência para 2016 e 2017 à aceitação, pelo governo, de promover reestruturação inicial da malha salarial dos docentes com parâmetros definidos em termo de acordo e fixados em lei, tendo como referência o índice de 19,7% já aprovado pelas assembleias, Para essa negociação de reestruturação da malha salarial, deve-se partir do piso gerador, que seria o valor do VB para classe A, Auxiliar (MS), DI (EBTT) nível 1, cujo valor é R\$ 2.018,77, buscando a superação dos achatamentos vertical e horizontal atuais, observados nas tabelas 1 e 2, pois quanto maior for o piso, menores serão as possibilidades para as correções das distorções existentes. Neste sentido, não convém, neste momento, reivindicar o salário mínimo do DIEESE, R\$ 3.258,16 (valor de agosto de 2015), conforme consta na proposta de carreira do ANDES-SN.

Questão 2: Na atual negociação manter o piso de R\$ 2.018,77 para possibilitar avanços na reestruturação da tabela de VB com degraus na sua evolução vertical e na relação entre regimes de trabalho.

No atual processo de negociação, é preciso discernir entre o que se busca avançar agora e o que fica para ser tratado em grupo de trabalho e negociações futuras. No imediato devem ser tratados aspectos estruturantes básicos e a definição de GT precisa ter aspectos conceituais, o que também precisam ser negociados já. A referência básica do CNG para isso deve ser o acordo firmado com o Secretário da SESU em abril de 2014, pois neste GT precisa haver espaço para tratar de questões tais como: carreira única do magistério federal, um único cargo, uma linha só no contracheque, com incorporação da RT, fim de classes e existência apenas de níveis com degraus constantes entre eles, possibilidade de todos os professores se desenvolverem até o último nível da carreira dentro da faixa salarial correspondente à sua titulação, entre outras questões. Isso significa que, na negociação atual da malha salarial, estaremos trabalhando, ainda, com a existência das duas carreiras, com classes e níveis e com VB e RT. Destas considerações emanam as próximas questões.

Questão 3: Considerando-se que ainda existem classes e níveis, negociar degraus, que venham a constar em acordo e em lei, buscando elevar a relação entre piso e teto para cada regime de trabalho, podendo haver diferença para os degraus entre classes e os entre níveis, para reduzir o achatamento vertical, objetivando, ainda a redução da maior variação hoje existente, entre Adjunto nível 4 e Associado (MS) e entre DIII nível 4 e DIV nível 1 (EBTT).

Questão 4: Exigir que os termos de instituição de Grupo de Trabalho proposto pelo governo para tratar da carreira garantam o tratamento das questões estruturantes da proposta do ANDES-SN, conforme acordado com a SESU em abril de 2014.

Questão 5: Exigir que, a partir de 01/01/2016, o VB para DE corresponda a 1,55 vezes o de 40h e que isto conste de acordo e de lei e que se avance progressivamente na relação entre os VB de 40h e de 20h, até que o de 40h corresponda ao dobro do de 20h.

Questão 6: O CNG deve, nos termos estritos das questões 1 a 5, negociar com vistas a obter os avanços estruturais na malha salarial, e qualquer proposta de acordo será submetida à apreciação e deliberação das assembleias.

Evitou-se, nas questões apresentadas, tratar da reorganização da RT, pois suas distorções são muito complexas. A opção adotada é por estabelecer uma elevação do peso do VB na composição da remuneração, com vistas ao tratamento da titulação futuramente. Acrescentamos, em anexo, uma simulação para que se possa ter uma ideia do aqui proposto, lembrando, que se trata apenas de uma simulação.

O3 – ENCAMINHAMENTOS:

1 – Realizar Assembleias Gerais até dia 17 de setembro, para apreciação e posicionamento das questões apresentadas no texto acima.

2 – Que os resultados das Assembleias sejam enviados ao CNG, até 19h, do dia 17 de setembro.

## OPINIÃO: COMOÇÃO SELETIVA

\*Por Jonas Pinheiro



Não tem se falado muito sobre outra coisa nos últimos dias que não a onda migratória de refugiados de países em conflito para a Europa. Apesar desta ser uma discussão que já vem acontecendo há um certo tempo, a foto do menino sírio, Alan Kurdi, morto numa praia turca chocou o mundo. A imagem é uma daquelas que quando nos deparamos temos a certeza que a humanidade (ou o que julgamos ser este aglomerado de corpos vivos) fracassou, seja lá qual for sua empreitada. Fato é que a imagem correu o planeta causando comoção de milhões de pessoas, e no Brasil não foi diferente.

A imagem e a história da família de Alan foi exaustivamente noticiada pelos diversos meios de comunicação. Pessoas que desconheciam até então o assunto, se tornaram solidários aos povos que um dia foram explorados pelo velho continente, e hoje tem asilo negado por países, populações ou cinegrafistas xenofóbicas quando buscam ajuda.

Milhares de quilômetros distante da praia turca, onde o corpo de Alan Kurdi foi fotografado, na Favela de Manguinhos, Zona Norte do Rio de Janeiro, Cristian Andrade de apenas 13 anos é atingido por uma bala disparada por policiais durante uma operação.

Tão próximo e tão distante. A imagem de Cristian morto não estampou primeira página de jornais brasileiros. Bonner não exibiu reportagens durante 3 dias seguidos no maior telejornal da TV Brasileira. O país não se comoveu como se comovera uma semana antes com a imagem do menino sírio morto.

Talvez a naturalidade com que a cena se repete nas periferias brasileiras explique as lágrimas não derramadas com a imagem de Cristian morto. A Polícia brasileira é uma das mais letais do mundo, como afirma estudo recente publicado pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Em agosto, 18 pessoas foram mortas num espaço de 3 horas na Grande São Paulo. Tudo indica que se tratou de retaliação policial. De acordo com o SIM/Datasus do Ministério da Saúde, mais da metade dos 56.337 mortos por homicídios, em 2012, no Brasil, eram jovens (30.072, equivalente a 53,37%), dos quais 77,0% negros (pretos e pardos) e 93,30% do sexo masculino. É um genocídio promovido pelo Estado brasileiro, denunciado diariamente por movimentos sociais, dos quais o mais relevante é o Reaja.

O Brasil, tal como a Europa, também vive sua onda migratória. Milhares de Haitianos desembarcam no país, fugindo de um conflito no qual as tropas brasileiras fazem o trabalho sujo da ONU e dos Estados Unidos, sob a fachada de “missão de paz”. Os mesmo que se comovem com o menino sírio hoje, hostilizam e perseguem os imigrantes que vieram do Haiti.

De acordo com o tio do adolescente morto em Manguinhos, ele estava jogando bola e foi ajudar uma senhora que havia caído na rua, foi quando acabou sendo baleado. A tropa dos haters que povoam a web não irão lamentar sua morte, pelo contrário, prontamente irão criar alguma ligação do menino com o PCC ou alguma organização criminosa para justifica o injustificável. Esta comoção não existirá e muitos nem irão saber do caso. O mar em que Cristian morreu é vermelho e tem sangue de preto, que se esvai junto com sua vida no precário asfalto da comunidade pobre em que morava. Mas é só mais um jovem preto morto.

\*Jornalista graduado pela UFRB. Repórter e editor da Revista Afirmativa. Tem passagem pelo jornal Tribuna Feirense e já atuou em assessoria política. No mais, é amante de música, política, futebol, e é mais um preto latino americano sem dinheiro no banco.